

ESPAÇO PÚBLICO E ENDOCIDADE¹

urbanismo existencialista para a (re)construção de sistema dinâmico de espaços perceptivos.

Fagner Dantas²

Este trabalho pretende, a partir de um eixo central que é a investigação da densidade humana nos aglomerados urbanos, discutir o papel do Espaço Público enquanto espaço perceptivo. O conceito de espaço perceptivo só tem sentido dentro de um contexto epistemológico mais amplo, qual seja, o urbanismo existencialista e o seu produto mais direto que é a Endocidade. Será desenvolvida a temática do Espaço Público neste contexto teórico. Por fim, pretende-se traçar as condições necessárias para a constituição de um sistema dinâmico de espaços perceptivos, mostrando a sua importância para a dinâmica humana do ambiente urbano. Para tanto, será utilizado o exemplo da cidade de Brasília e o seu processo de evolução urbanístico-antropológico.

Palavras-chaves: espaço público, urbanismo, existencialismo, cidade, percepção.

Sumário: 1. Introdução; 2. O Ver Criativo e a Percepção do Espaço Urbano; 3. Endocidade e Espaço Público; 4. Cidade, Endocidade e Histori-Cidade; 5. A Utopia de Brasília e a Reconstrução de Espaços Perceptivos; 6. Conclusão; 7. Referências.

1. INTRODUÇÃO.

A pesquisa urbanística é uma área apaixonante para seus adeptos, pois acordamos e adormecemos imersos no nosso objeto de estudo. Porém, não raro percebemos que este contato por demais íntimo eleva a enésima potencial o risco de se perder a tal “objetividade científica”, que tanto descrédito trouxe durante muito tempo para as chamadas ciências humanas. Afinal, pode o homem estudar o seu próprio comportamento sem estar diante de um espelho? E estando ele diante do espelho, percebe que enxerga um reflexo, ou seja, um produto da sua capacidade de reflexão no momento que esta lhe proporcionou criar o objeto “espelho” e lhe permite agora enxergar o produto desta criação, mas não o próprio criador? Pois ao olharmos para o espelho não vemos o criador, mas apenas o produto do objeto criado.

¹ Texto apresentado no seminário “Espaço Público em Debate”, promovido pelo curso de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia em 2006.

² Bacharel em Urbanismo (UNEB/2001); Bacharel em Direito (UFBA/2007); Analista de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente de Salvador/2005); Coordenador-Geral dos Planos Diretores de Desenvolvimento Municipal de Dias D’Ávila/Ba e Amargosa/Ba (Dinâmica Urbana Consultoria/2006); Consultor Normativo-Institucional desde 2001; Articulista e membro do Conselho Editorial da Revista Urbano (Chile/2003) e Diretor de Produção Científica da Sociedade Brasileira de Urbanismo (SBU/2004-2006).

Ao refletir, principalmente quando o fazemos sob o ponto de vista da ciência, colocamos à nossa frente o resultado de um processo metodológico pré-executado. Por fim, o resultado da nossa reflexão é construído a partir de uma visão pessoal sobre um produto metodologicamente pré-determinado. Assim, temos não um, mas dois pontos-cegos na nossa relação com o objeto estudado: no primeiro momento, utilizamos um instrumental teórico que supomos adequado; em seguida, supomos perfeita a nossa visão para decodificarmos o resultado obtido. O que quer dizer que podemos falhar não só na obtenção do resultado metodológico, mas também, e principalmente, que podemos falhar quando imaginamos, ou melhor, colocamos toda a nossa crença na premissa de que o ato de ver é revelativo quando na verdade ele é em si mesmo interativo: não vemos *biologicamente* o que pensamos; nós pensamos *criativamente* o que vemos³.

2. O VER CRIATIVO E A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO URBANO.

O ver criativo, enquanto contraposição do ver biológico, alimenta-se da informação. Daí a tese defendida neste texto da necessidade de construção ou reconstrução, como se sugere, de um sistema dinâmico de espaços perceptivos. Porque é a percepção que está na berlinda. Percepção enquanto meio termo entre sensação e cognição. Enquanto a sensação recorre ao cérebro biológico, a cognição recolhe-se à mente analítica. A meio caminho, encontramos a percepção vivencial bio-psico-criativa. Mas não devemos nos deixar enganar. A decantação seletiva, ainda que lastreada pelos espaços perceptivos que podemos sócio-coletivamente construir, ocorre num oceano informacional. Hoje flutuamos numa incomensurável teia de informações. Aqui enfatizo o signo “teia” em vez do mais usual e politicamente correto “rede”. A distinção entre os dois termos é quase maniqueísta mesmo. O signo “rede” evoca o suporte recíproco, a igualdade solidária, a utilidade coletiva. É eminentemente um conceito “do bem”. Já a “teia” é todo o inverso deste refrão de virtudes. A teia pauta-se pela viscosidade, pela existência enquanto armadilha, pela instrumentalidade oligopolizada dos que a tecem em usufruto próprio e em desfavor dos que dela participam, ou involuntariamente, quando se reconhece hostilizado *pelo* mecanismo, tendo um inimigo e uma situação a enfrentar, ou voluntariamente, quando se reconhecem vítimas *do* mecanismo, reificando-o em nome da própria inércia.

A condição de participantes conscientes de um ou de outro destes arranjos interativos definem o nosso status enquanto agentes políticos. Ser parte da rede é querer estar fora da teia. É a diferença entre ser o nó estruturante ou ser a mosca vitimizada que faz com que encaremos as construções humanas sob o ponto de vista ético ou sob o ponto de vista estético. Neste sentido, discutir a evolução do ambiente urbanizado e uma possível reconstrução de seus espaços perceptivos implica decodifica-lo não só em sua estrutura física, mas

³ Admiro profundamente um autor que soube distinguir em definitivo o ver biológico do ver criativo. Trata-se do chileno Humberto Maturana. No Brasil, o panorama de suas concepções sobre “O que é ver?” está bem ilustrado na obra *Ontologia da Realidade*, organizado por Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz (Ed. UFMG:2001). Enquanto Maturana faz o caminho do bio para o psico, a rota inversa é feita por Robert Ornstein, num livro igualmente interessante para o aprofundamento desta discussão: *A Evolução da Consciência* (Best Seller: São Paulo, 1991), em especial o capítulo V “O Sonho do Mundo”.

primordialmente na sua vitalidade semântica, redobrando o cuidado com as leituras apressadas da substância da urbanidade. Mostraremos nesta contribuição que a cidade é muito mais que a sua manifestação concreto-arquitetônica. Interessa-nos conhecer também a cidade enquanto representação perceptiva. A cidade que além de imagem, tem som. Tem gostos, cheiros. A cidade que se sente de corpo inteiro, na brisa ou no calor escaldante. Porém, mais que tudo, interessa-nos conhecer a única cidade real para cada um de nós. Pois a cidade de todos não é falsa, mas tão pouco é real. A cidade de todos é a cidade da ciência. É a cidade das representações cartográficas, mas nos interessa as cidades dos cartões-postais. É a cidade das programações semaforicas, inobstante nos interesse a cidade do *flâneur*. É a cidade etéreo-tridimensional do holograma asséptico, quando nos interessa a pandimensionalidade nauseante da cloaca imunda que alguns chamam de “lar”. Não há cidade dos números, mas a cidade das vísceras. A cidade enquanto patrimônio de memórias, depósito de sentimentos. A cidade viva em cada um de nós. Dentro de cada um de nós. A Endocidade.

3. ENDOCIDADE E ESPAÇO PÚBLICO.

Construir a Endocidade é vivenciá-la no Tempo. É descobrir seus nortes, suas direções. É dimensioná-la internamente, atribuindo significado a cada um dos seus espaços. É transformar o *Topos* grego técnico no *Locus* latino afetivo ou, em outras palavras, transformar meros locais em plenos “Lugares”. É conectar o espaço ao tempo, ou seja, é associar a uma determinada localidade um determinado acontecimento, uma determinada passagem da história pessoal de cada um. A pluralização de pontos de destaque no interior da cidade faz com que esta mais facilmente penetre no interior de seus habitantes, constituindo uma relação de pertencimento que vitaliza o fenômeno urbano. Ressalte-se, no entanto, que não basta despejar sobre a cidade marcos urbanísticos de modo que, para onde quer que se vire, encontra-se um obelisco, uma praça ou um mirante. É essencial torná-los públicos, não no sentido de serem conhecidos, mas sim de serem entendidos como parte de um bem comum, de modo que todos possam sentir que aquele lugar lhes pertence, faz parte de suas vidas. Se isto ocorre, a recíproca tende a se estabelecer, com as pessoas se sentindo também pertencentes àquele lugar, sendo parte da vida daquele lugar.

Em grande parte, a vitalidade do fenômeno urbano está associada à potencialidade de se vivenciar o ambiente urbano em que se mora, em que se trabalha, em que, a priori, se vive. Vida é tomada, no entanto, aqui, para muito além do seu significado orgânico-biológico. Vida é tomada aqui na perspectiva do aforismo de Victor Hugo: “*Os animais vivem; os homens existem*”. Portanto, a vida humana é existência. E Existência é Tempo. Existir é dar significado às coisas e só se pode dar o que já se tem. Só podemos dar significado às coisas no momento em que dispomos destes significados, adquiridos através das muitas vias, formais e informais, de aprendizagem. E só podemos aprender com o Tempo. O Tempo Existencial. O Tempo de cada um.

A endocidade, como já se abreviou, é a construção mental que, a partir de referenciais próprios, cada uma faz do ambiente em que vive, explicitamente neste caso, da cidade em que mora. De fato, não é possível imaginar que a

percepção possa passar incólume diante da torrente nervosa que é a vida na grande cidade. O exame de Georg Simmel no início do século XX pôs às claras o impacto que tem sobre a consciência humana a pluralidade de estímulos a que está submetido o homem. Da nossa parte entendemos que, apesar do pessimismo da análise de Simmel (de onde se destaca a caracterização da atitude “blasé”, a imparcialidade como forma de defesa diante da involuntariamente intensa inter-relação no meio urbano), a vida na cidade não redundaria necessariamente num entorpecimento das relações, mas sim numa seletividade mais apurada, em função do excesso de oportunidades de contato a que se está sujeito. Esta seletividade, no entanto, se estende para além das pessoas, ecoando na relação com o meio.

A desumanização da unidade espacial usada como referência (a metrópole) seria supostamente inegável. Entre em cena a velha contradição entre meio urbano e meio rural com a missão de deixar expostas as antinomias existentes entre os dois modos de vida. O fato é que, quando se usa a referência da vida interiorana, das comunidades primárias, onde o contato era “olho no olho” e a população como um todo galvanizava uma intrincada e inter-impactante rede social, a primeira reação é considerar este tipo de vida mais “humano”, no sentido de ser qualitativamente conduzido pelo sentimento, pela afetividade, pela emoção. O meio urbano, dentro desta dicotomia, é visto como frio, insensível, pautado na racionalidade implícita nas relações utilitaristas. Desumano, portanto. O elemento humano aqui é visto, então, como régua de graduação entre os níveis de interação, com intenso teor axiológico, visto que o demasiadamente humano é a síntese virtuosa enquanto que o desumano é a negatividade em essência. Então está a cidade fadada a ser vista como o anti-lugar do humano? Onde fica a consistência da endocidade num conceito de cidade que esteriliza o íntimo, vertebrando-se apenas no político da sua materialização?⁴ A evolução do conceito de cidade pode ajudar a descobrir a validade defendida aqui do conceito de endocidade.

4. CIDADE, ENDOCIDADE E HISTORI-CIDADE.

Muitos textos que versam sobre a temática urbanística iniciam com uma resposta pessoal a uma pergunta universal: o que é a cidade? Há os que seguem uma linha antropológica, procurando enxergar no produto físico as suas terminalidades genuinamente humanas, tendo a cultura como referência. E o caso de Robert Ezra Park, representante máximo da Escola de Chicago, para quem “(...), a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a estes costumes e transmitidos por esta tradição⁵”. Outros se apegam à estética urbanística, fazendo variações sobre a materialidade da cidade enquanto território construído de significado sublimado. É o foco do interesse de Kevin Lynch, que define a cidade como “(...), construção dentro do espaço, mas uma construção em grande escala, um objeto perceptível só através de longas

⁴ A dialética do íntimo e do político é, no nosso entender, a manifestação subjetiva da dialética do público e do privado, e fundamenta o nosso “O Corpo como Dote”, publicado no site www.jusnavegandi.com.br, especializado em Direito.

⁵ PARK, Robert Ezra. “*The City: sugestions for a human behavior investigation at the urban environment*”. In: *American Journal of Sociology*, XX (march, 1916), pp. 577-612.

*seqüências temporais.*⁶ Por fim, existem autores que se equidistanciam do arquétipo humano e do arquétipo mecânico para flutuarem numa ausência de sentido ao mesmo tempo cômoda e traiçoeira. Exemplifica tal postura a síntese do mestre maior, Lewis Mumford, ao dizer que a cidade é “(...) a forma e o símbolo de uma relação social integrada.”⁷

Não se quer questionar tais autoridades, até porque os fragmentos aqui elencados são magistralmente desenvolvidos nos contextos respectivos de suas obras. No entanto, não posso me furtar ao comentário de que responder a tal pergunta como premissa básica para o desencadeamento de uma reflexão não me parece um expediente muito recomendável. Afinal, esse enigma talvez seja a mais pronunciada criação humana. A expansão territorial disforme que caracteriza a maioria senão a totalidade das áreas urbanizadas, a famosa “mancha urbana”, ilustra visualmente a idéia-matriz da cidade: a de uma completa fluidez, não só no seu aspecto físico, mas principalmente no seu aspecto interpretativo. A cidade, excetuando aquelas planejadas, pelo menos nos seus primeiros anos, enquanto ainda não foram absorvidas pelo fenômeno urbano⁸, é muito menos um produto, sendo essencialmente um processo em constante evolução.

Esta evolução, principalmente a partir da segunda metade do séc. XVIII, reflete essencialmente a complexificação da sociedade. A ampliação das populações, mas principalmente, a pluralização dos núcleos urbanos, a intensificação das atividades econômicas e as alterações do processo produtivos, essencialmente em termos de obtenção de energia (com o vapor substituindo a água e o vento) e em termos de estrutura operacional (com as fábricas substituindo as oficinas), geraram um ambiente urbano notabilizado pelo acúmulo de estruturas físicas e problemas humanos. Não é suficiente, portanto, avaliar o impacto da nova realidade urbana sem encarar a ambigüidade das suas conotações. Pedra e carne, tráfego e espírito estão imbricados no processo de urbanização intensificado pela Revolução Industrial.

É deste ponto de vista que temos que observar a intensificação do papel das cidades na história. É, porém, de suma importância no estudo urbanístico que se defina o contexto em que o termo se apresenta. Neste sentido, há uma enorme diferença entre falar de cidade enquanto representação física de um momento histórico e falar dela contemporaneamente, enquanto construção imaginativa de futuro, um futuro inexorável, que não admite alternativas e que, enquanto definitivo espacial, é o modulador por excelência da nossa experiência no tempo. Algumas tentativas de, urbanisticamente, remodelar o tempo, reformatá-lo a custo de um desejo, podem, no entanto, ensinar a força que tem o fator humano dentro da construção da cidade. Brasília ilustra bem essa tentativa frustrada de “ensinar o Pai Nosso ao vigário”.

⁶ LINCH, Kevin. Apud: CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 4ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 308.

⁷ MUMFORD, Lewis. Apud: SERRA, Geraldo. O Espaço Natural e a Forma Urbana. São Paulo: Nobel, 1984. p. 10.

⁸ Processo que descrevo na última parte do nosso “*Brasília: la utopia desfigurada*”. In: Revista Urbano. Ano 7, N.º 10, Novembro, 2004. pp. 50-60.

5. A UTOPIA DE BRASÍLIA E A RECONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PERCEPTIVOS⁹.

Citada diversas vezes em diversos contextos, Brasília é majoritariamente vista como a manifestação de uma utopia que pretendia extrair do futuro as garantias de benesses no presente. No entanto, Brasília tem, como a maioria das utopias civilizatórias que prescrevem formas mágicas de aperfeiçoamento social sem passar por um árduo processo de evolução das estruturas existentes no presente, como as traçadas por Morus, Skinner ou Bellamy, uma clara intenção de religação entre os homens. Há algo de “busca de um paraíso perdido” em toda utopia. Este paraíso tem inegáveis raízes num Éden inesgotável de desejos satisfeitos (com destaque para o domínio da carência biológica - o “natural” do homem - e da limitação biosférica – a “natureza” da Terra), mas também almeja uma comunhão primitivista, um igualitarismo tribal. Neste sentido, transparece a idéia de que, idealizando um mundo ruralizável em suas relações humanas, desurbanizar-se-á uma realidade estéril calcada no distanciamento interpessoal.

Brasília optou por reverter este distanciamento por um ambicioso plano de ressocialização pela via do projeto urbanístico-arquitetônico. Fica bem evidente a concepção de que se pode modificar o homem, reinstruí-lo enquanto partícipe de uma coletividade, enfim, moldar o conteúdo a partir do continente, tal qual crianças que se divertem vendo os diferentes formatos da água a depender do recipiente em que ela esteja. De certo não se pensou que os homens são mais irredutíveis e, principalmente, mais reativos dos que um simples composto molecular como o H₂O. A utopia desfigurou-se ao lidar com gente, matéria de difícil controle e quase nenhuma previsibilidade. Mostras disso nos dá o exame que se faz da construção da endocidade em Brasília.

O vivenciamento essencial à construção da endocidade foi extremamente tolhido no projeto original de Brasília. Dão conta disto a sensação de deslocamento, de estranhamento e desconforto que recepcionava todos aqueles que, chegando das cidades ditas “normais”, não encontravam nada que pudesse julgar familiar. O conceito de rua era diferente; de bairro, de bar; o conceito de vizinho, de amizade foram retorcidos; até mesmo o conceito de quem era o “outro” foi implodido, uma vez que Brasília pretendia desdiferenciar os indivíduos, todos morando em iguais condições. Esta antinomia sensorial e conceitual resultava numa sensação descrita pelos novos habitante daquela cidade como “Brasilite”. Assim, dizia-se que alguém que chegava a Brasília, sempre teria o seu período de Brasilite, manifesta na sensação de inadequação ao lugar em que se está.

No entanto, a força individualizadora do homem logo cedo o levou a propor o fim desta prisão aberta. Uma prisão para seu comportamento, que o fazia se sentir desconfortável mesmo executando as mesmas práticas de sempre, tentando entender Brasília como se entende uma cidade, sem se dar conta que, como se costuma dizer: “Em Brasília, cidade é outra coisa”. De fato, uma memorial de sensações, angariado graças àquela seletividade mais apurada, referida anteriormente, que a vida urbana exige, só foi possível de ser

⁹ A evolução da idéia e da materialização de Brasília, bem como o aprofundamento da crítica ao que ela veio a se tornar, tendo como eixo o conceito de endocidade está mais desenvolvido no nosso já citado “Brasília: la utopia desfigurada”.

constituído com uma mudança fundamental na história social de Brasília: a eclosão de uma geração eminentemente brasiliense.

A importância do fator geracional para se entender as possibilidades de formação da endocidade, e, portanto, de vivificação do espaço urbano pela construção de um sistema dinâmico de espaços perceptivos, acentua-se em Brasília no momento em que a Brasilita deixa de ser endêmica. Os novos habitantes não apresentam os sintomas do desconforto sensorial porque tem naquela estrutura, tão diferente à terra natal de seus pais, o único referencial de cidade. Não há como se negar o único. Não há o que se estranhar quando não há o “outro”. A geração brasiliense, que começou a surgir no início da década de 90 e, da segunda metade em diante, se consolidou, com mais de 35% dos moradores de Brasília sendo nascidos lá, teve que reinventar suas codificações, lidando com a idealização paterna do que SERIA cidade e com a auto-experiência do que ERA cidade. A endocidade perfectibiliza-se no momento em que o Tempo Existencial passou a ser contado a partir de referenciais próprios, podendo então se falar numa história local e não numa história “do local”, a que até então estava restrita Brasília. O exemplo mais emblemático disso foi Brasília, acostumada à sina de não ter esquinas, passar a tê-las, improvisadas, contrariando o projeto original, mas, mesmo assim, esquinas, ainda que típicas esquinas brasilienses.

6. CONCLUSÃO.

O que restou desta utopia de se construir o futuro no presente? O que restou da idéia de aproximar os homens ignorando suas diferenças? O que restou de Brasília enquanto legado para a Humanidade? Esculpida na memória mundial (tendo sido considerada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 1987), Brasília restou transformada, ao invés de transformar. Considerada pela Revista Time como “ultrapassada enquanto estilo arquitetônico”, a cidade não é mais um paradigma de assentamento urbano, se é que um dia jamais foi. Há muito que se aprender, no entanto, com a desfiguração da utopia de Brasília. Dentre todas, a mais forte de suas lições é que o homem não pode negar o seu papel histórico que é o de constantemente descobrir a si mesmo e, com isso, redescobrir o meio em que vive. A descoberta de si mesmo, a aceitação da endocidade enquanto elemento válido de relação com o ambiente urbano, enriquecendo esta relação pela sua qualificação existencial e não pela sua artificialização midiática (o grande perigo de nos tornarmos “espectadores que abriram mão de encenar a própria vida”) é parte fundamental da vivificação de Brasília para muito além do que imaginaram Kubistchek, Costa ou Niemayer. Talvez ensinar isto pelos seus erros tenha sido a maior virtude deste sonho chamado Brasília.

7. BIBLIOGRAFIA

CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 4ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

DANTAS, Fagner. “*Brasília: la utopia desfigurada*”. In: Revista Urbano. Ano 7, N.º 10, Noviembre, 2004.

- MATURANA, Humberto. Ontologia da Realidade, (Orgs. Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz). Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2001.
- ORSTEIN, Robert. A Evolução da Consciência. Best Seller: São Paulo, 1991.
- PARK, Robert Ezra. "*The City: sugestions for a human behavior investigation at the urban enviroment*". In: American Journal of Sociology, XX (march, 1916).
- SERRA, Geraldo. O Espaço Natural e a Forma Urbana. São Paulo: Nobel, 1984.